

Crédito: Ichiro Guerra

### **Em pauta**

### **Diferenças entre nós e eles**

Quem expressou com precisão a diferença entre Lula e FHC na questão estratégica da concepção de Estado foi o economista tucano José Roberto Mendonça de Barros. Sem as tergiversações típicas do PSDB, ele afirmou: "A grande diferença geral que há entre as duas administrações é a concepção de Estado. No governo FHC, a concepção era de um Estado menor, mais regulador, voltado para os gastos prioritários na área social, privatizando, concedendo e terceirizando. No caso do governo Lula, até agora a orientação geral é mais Estado, mais funcionários, menos terceirização, menos privatização, menos capital privado, menos agências reguladoras, mais poder

para os ministérios. Eu acho essa visão absolutamente ultrapassada e que não funciona".

Outro que deixou clara a diferença foi o economista Edmar Bacha, segundo o qual "se os tucanos ganharem a eleição presidencial de 2006, o Brasil vai passar por um 'choque de capitalismo' (...) A grande diferença entre um eventual governo tucano e a atual gestão petista é que um presidente do PSDB (...) vai assumir que o país precisa passar por uma nova rodada de reformas em áreas como setor fiscal, Previdência, mercado de trabalho, estrutura tributária etc., sem se preocupar em ser chamado de neoliberal".

Outra tucana, a economista Eliana Cardoso, defendeu que "a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica é medida indispensável à transparência dos orçamentos do governo e à estabilidade financeira, pois bancos estatais representam empecilhos ao crescimento sustentado".

Os trechos acima foram extraídos do livro *Um retrato do Brasil. Balanço do governo Lula*, escrito por José Prata Araújo e publicada pela Editora da Fundação Perseu Abramo. Um livro cheio de argumentos e exemplos das diferenças que existem entre nós e eles.

## **Igualdade racial**

### **Política tucana fica só papel**

Como atestou o próprio TCE (Tribunal de Contas do Estado), a maioria das metas do governo Alckmin não foi cumprida. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para ficar em um só exemplo, o governo tucano deveria entregar, em 2005, 421 unidades habitacionais para as comunidades indígenas e outras 226 para a comunidade quilombola. Mas só entregou 59 aos indígenas e nenhuma sequer aos quilombolas.

Nos oito anos de FHC, muita intenção também foi colocada no papel. O Plano Nacional de Direitos Humanos tem um capítulo voltado à população afrodescendente, assim como o Programa Nacional de Ações Afirmativas. Decretos e portarias foram editadas, dentro do Programa para Superação do Racismo, e sete ministérios foram incluídos na operacionalização das ações, com destaque para o Ministério da Cultura, responsável pela Fundação Cultural Palmares – órgão criado em 1988.

Mas nada disso resultou em uma política efetiva de promoção da igualdade racial. O orçamento para a implantação dos programas foi irrisório, não houve priorização de ações e, por falta de ligação real com as bases, os gestores do governo FHC mostraram uma inexperiência completa em lidar com a temática racial. Assim, as ações, sem coordenação nenhuma, tiveram resultados pífios, isolados, e muito distantes das exigências de inclusão social e racial necessárias para garantir a todos os brasileiros e brasileiras os mesmos direitos.

### **Com Lula, ações reais para um Brasil sem racismo**

Em 21 de março de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão que assessorava diretamente a Presidência da República e tem status de ministério. A secretaria integra e coordena políticas de proteção aos direitos de indivíduos e dos grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e diversas formas de intolerância – indígenas,

ciganos, árabes palestinos, judeus, entre outros – com especial atenção à população negra.

- **A saúde da população** negra está inserida no Plano Nacional de Saúde e foi implantado o Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias;
- **Há 63 mil alunos negros e indígenas beneficiados** pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), enquanto cerca de 11 mil negros e indígenas foram beneficiados pelos programas de cotas adotados em 24 universidades públicas. E outros 36 mil foram incluídos no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) para concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos;
- **Das mais de 142 mil pessoas incluídas** no Plano Nacional de Qualificação, 62% são negras e descendentes de indígenas.
- **Até 2002, depois de décadas de atuação**, os órgãos governamentais haviam identificado apenas 743 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Em 2005, em menos de três anos do governo Lula, 2.460 comunidades já estavam registradas;
- **O Programa Brasil Quilombola deu visibilidade** aos Quilombos do Brasil. Graças a ele, foram instaurados 337 processos de regularização fundiária. Oito titulações já foram realizadas, em 2005, e outras 20 estão previstas até o final de 2006. Também foram certificadas 724 comunidades pela Fundação Cultural Palmares.
- **O programa Luz Para Todos atendeu 6.810 famílias quilombolas**, o que representa mais de 34 mil pessoas beneficiadas. A Petrobrás, em parceria Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, investiu R\$ 4 milhões em projetos de desenvolvimento sustentável nestas comunidades.
- **O Plano Trabalho Doméstico Cidadão**, instituído pelo governo Lula, realiza a qualificação profissional, elevação da escolaridade e ampliação da proteção social das trabalhadoras domésticas;
- **O Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial** (Fipir) criou um mecanismo de articulação, capacitação, planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas de promoção da igualdade racial. O Fipir tem hoje a adesão de 470 governos estaduais e municipais – dos quais 184 possuem órgãos específicos para tratar do tema;
- **A 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial** – com o tema Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial – envolveu mais de 95 mil pessoas de governos estaduais e municipais, poderes legislativo e judiciário, instituições públicas e privadas. E mobilizou 1.332 municípios brasileiros.

Circula por aí

**Mais realistas que o rei**

Existem algumas mensagens circulando na internet, “acusando” o governo Lula de ter perdoado a dívida externa de países como Bolívia, Cabo Verde, Cuba, Gabão, Moçambique, Nicarágua e Nigéria. Vejamos caso a caso, qual a verdade.

Os descontos concedidos pelo Brasil foram realizados ao amparo da Lei 9665, de 19 de junho de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial dos créditos externos, o que significa que não se pode chegar a 100% de redução. Foi nestes marcos que o governo brasileiro perdoou parte das dívidas de Bolívia, Cabo Verde, Moçambique, Nicarágua e Nigéria.

A Bolívia teve, em 2004, US\$ 48,65 milhões de sua dívida perdoada, o que representava 95% do valor total devido. Embora o acordo que formalizou a redução em apreço tenha sido firmado em 2004, o compromisso foi estabelecido em 2001, no âmbito do Clube de Paris (foro informal de credores).

O Cabo Verde recebeu, em 1998, perdão de US\$ 4,4 milhões dos US\$ 7,1 milhões que devia ao Brasil. A redução concedida pelo Brasil foi motivada pelos laços de amizade entre os dois países, ambos de língua portuguesa, e pelo desejo de contribuir para o desenvolvimento de uma nação que sempre contou com pouquíssimos recursos.

Moçambique conseguiu obter do Clube de Paris, em 2001, perdão de 90% de sua dívida. O Brasil decidiu elevar esse percentual para 95%, também inspirado pela amizade e determinação de ajudar Moçambique a superar a pobreza. O acordo bilateral foi assinado em 2004, tendo o valor perdoado atingido US\$ 280 milhões. Registre-se que Moçambique tem conhecido há alguns anos taxas significativas de crescimento, o que tem sido avaliado como resultado, em parte, do benefício obtido pelo alívio de sua dívida.

A Nicarágua recebeu do Brasil 95% (US\$ 133 milhões) de redução de sua dívida em 2002. A decisão foi tomada em 1998, ano em que o país foi devastado pelo furacão Mitch.

A Nigéria admitiu, em 2005, que devia cerca de US\$ 154 milhões ao Brasil. Naquele mesmo ano, os credores do Clube de Paris concederam 66% de redução à dívida nigeriana, decisão acompanhada pelo Brasil. A Nigéria já efetuou o pagamento, ao Brasil e aos outros credores, de parte considerável do montante não perdoado.

Quanto ao Gabão, até o presente momento não foi concedido perdão de dívida, mesmo que parcial, tendo ocorrido apenas o reescalonamento, ou seja, alteração dos prazos para pagamento. No que diz respeito à dívida de Cuba, o Governo brasileiro nunca concedeu redução ou reescalonamento.

Esses são os fatos. Como se viu, em vários casos trata-se de decisões que vem sendo processadas antes mesmo de Lula tomar posse. Em todos os casos, trata-se de decisões que atendem a orientações do próprio sistema financeiro internacional. Pelo visto, tem gente na oposição que é mais realista do que o rei.

#### Agenda

**29/08** Dia Nacional de Mobilização da Juventude

#### Leia também

» **Quatro novos municípios do Piauí são beneficiados pelo Produzir** [\[+\]](#)  
[Leia mais](#)

» **Lula: “É melhor investir em educação do que em Febem”** [\[+\]](#) [Leia mais](#)

» **Mais de 10 mil pessoas participaram do comício em SP** [\[+\]](#) [Leia mais](#)

Clique para visitar o site oficial da campanha de Lula, clique no botão ao lado ou digite no navegador: [www.lula13.org.br](http://www.lula13.org.br)

**Antivírus** é um boletim publicado sob responsabilidade da coordenação de internet da campanha Lula. **Coord. geral:** Ricardo Berzoini. **Coord. de internet:** Valter Pomar.

Caso você não queira mais receber este boletim [clique aqui](#) ou mande uma mensagem para [faleconosco@lula13.org.br](mailto:faleconosco@lula13.org.br) com o assunto "Cancelar envio".